

# "Acordo sem FMI não deve ser subestimado"

GAZETA

23 JAN 1987  
por Jurema Baesse  
de Brasília

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, afirmou, ontem, que o fechamento do acordo do País com o Clube de Paris, sem o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), "não deve ser subestimado, o êxito é muito bom, demonstra o reconhecimento desse importante fórum ao estilo de trabalho adotado pelo País".

Apesar de o País não ter obtido o prazo desejado (dez anos com cinco de carência), e sim seis anos com três de carência, Bracher considerou "que foi importante". Com relação à necessidade ou não do FMI, Bracher assinalou "nada indicar que o País tenha qualquer necessidade de ir ao FMI em virtude de ter ido ao Clube de Paris".

No final deste mês, depois da reunião do Conselho Monetário Nacional no próximo dia 29, Bracher informou que viajará para o exterior, mas não para Nova York, como chegou a ser divulgado e sim para a Europa. "Ainda tenho que discutir a minha viagem com o ministro Funaro. Mas a minha expectativa é de ir para a Europa e visitar os credores europeus, realizar o mesmo trabalho que fiz nos Estados Unidos."

"O objetivo da viagem é exploratório, a idéia é conversar com os credores, expor a nossa situação econômica e sondá-los sobre as perspectivas do País, inclusive com relação ao dinheiro novo", sintetizou Bracher. Essa necessidade, avaliou, que estava entre US\$ 3 bilhões e US\$ 5 bilhões, na realidade "está mais próxima de US\$ 3 bilhões". Essa necessidade leva em conta, assinalou, que o País obtenha um superávit na sua balança comercial de US\$ 10,2 bilhões. Ou seja, se esse superávit for menor, as necessidades aumentam.

Segundo ele, esse número estimado para o superávit comercial foi amplamente discutido com o Ministério da Fazenda. Bracher afirmou desconhecer que a Fazenda estivesse defendendo um superávit menor. "Discutimos juntos e chegamos à conclusão que o superávit de US\$ 10,2 bilhões é bem factível."

O montante de recursos novos que o País precisa, que são necessários para o fechamento do balanço de pagamentos deste ano, admitiu Bracher, "não é um ingrediente que facilita a negociação do País com vistas a um acordo plurianual". "Porém", disse ele, "precisamos separar as duas negociações. O País prefere o acordo de mais longo prazo, plurianual, que permita programar a sua situação, tanto externa quanto interna, mas estamos abertos a qualquer coisa."

"Caso o País entenda que é conveniente o acordo de curto prazo, ele será feito", assinalou. O dinheiro novo, segundo estimou Bracher, deverá vir de "fonte tripartite". Uma parte virá dos organismos oficiais de crédito, outra, via financiamentos normais a máquinas e implementos e uma outra, dos bancos privados. O equacionamento da dívida com o Clube de Paris, disse ele, facilitará esses entendimentos com relação a novos empréstimos.